



# RELATÓRIO INFRAESTRUTURA

## DESTAQUES DO MÊS

### 30% das obras de concessões de rodovias atrasam

Um balanço concluído em junho pela Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) aponta que 30% das obras tocadas por oito concessionárias de rodovias estão atrasadas. Trata-se da avaliação mais recente da Agência sobre o pacote das 572 obras que foram incluídas nos termos de ajuste de conduta, os chamados "TACs", assinados em setembro de 2013 com cada concessionária para dar um fim a pendências antigas dessas rodovias. Levantamento feito pelo Estado a partir das informações da Agência demonstra que, até 30 de junho, 171 obras tinham algum grau de atraso em relação ao cronograma previsto nos termos de ajuste. Os problemas são puxados pelos processos de declaração de utilidade pública nas áreas afetadas pelos empreendimentos. Trata-se de casos como interferências em redes de água e energia. Até junho, 107 obras previstas aguardavam a publicação dessas declarações pelo Governo. Outras 99 tinham pendências com licenciamento ambiental e 77 dependiam da liberação de projetos de engenharia.

(6.08.14 – Baseado em O Estadão)

Segundo a ANTT, 30% das obras tocadas por oito concessionárias de rodovias estão atrasadas. Até 30 de junho, 171 obras das 572 incluídas nos "TACs" tinham algum grau de atraso em relação ao cronograma previsto.



## PAINEL

### Consulta Pública debate metodologia de cálculo dos limites de PLD

A Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) abriu no dia 03/09 a Consulta Pública nº 09/2014 para o recebimento de contribuições sobre a metodologia de cálculo dos valores máximo e mínimo do Preço de Liquidação das Diferenças (PLD). O período vai até 2/10/14. Mais informações: [www.aneel.gov.br](http://www.aneel.gov.br).

### Anatel abre consulta para alteração do regulamento da telefonia fixa

A Anatel coloca à disposição da sociedade suas propostas de alteração do Regulamento do Serviço Telefônico Fixo Comutado. Saiba mais: [www.anatel.gov.br](http://www.anatel.gov.br)

## Agência quer controlar tarifa portuária em terminal privado

A Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq), que regula o setor portuário, apresentou proposta de norma que, se aprovada, aumentará o controle sobre a atividade privada nos portos. A norma prevê que os terminais arrendados, localizados em portos

**Os terminais arrendados localizados em portos públicos, não poderão aumentar, sem autorização da ANTT, os preços dos serviços, sob pena de multa.**

públicos, não poderão aumentar, sem autorização da Agência, os preços dos serviços contratuais acima do acumulado pelo índice de referência, sob pena de multa. As sanções previstas vão de R\$ 50 mil a R\$ 100 mil. (04.09.14 – Baseado em Valor Econômico).

## Governo de SP processará agência federal por hidrovía Tietê-Paraná

O Governo de São Paulo vai entrar na Justiça contra o ONS, órgão que administra o setor elétrico brasileiro, para restabelecer o nível de água da hidrovía Tietê-Paraná. A hidrovía, segunda mais movimentada do País no ano passado, teve a navegação suspensa em diversos trechos no início de junho por causa do baixo nível de água. A interrupção vem causando problemas para produtores de milho e soja, pois a hidrovía é usada para escoar parte da produção do Centro-Oeste até o porto de Santos, no Estado de São Paulo. De janeiro a julho de 2013, foram embarcados 1,4 milhão de toneladas de grão pela Tietê-Paraná. Neste ano, no mesmo período, foram escoados cerca de 500 mil toneladas. O Governo paulista solicitou ao ONS e à ANA (Agência Nacional de Águas) em junho o remanejamento de parte do volume de água que está sendo represado em hidrelétricas ao norte do Estado, mas teve o pedido negado.

(20.08.14 – Baseado em Folha de São Paulo)

## Nível de reservatórios cai a 24,7%, metade do registrado em 2013

O Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS) prevê que os reservatórios das hidrelétricas do subsistema Sudeste/Centro-Oeste, o principal do País, chegarão ao fim de setembro com apenas 24,75% de armazenamento. O volume, quase metade do observado em igual período do ano passado, é quatro pontos percentuais superior ao registrado no fim de setembro de 2001, na época do racionamento. Hoje, porém, o País tem uma matriz energética mais diversificada, com mais termelétricas que naquela época, por exemplo. De acordo com o relatório mais recente do órgão, a marca de 24,75% deverá ser atingida a partir da adoção da política de operação energética que dá prioridade à preservação dos estoques armazenados nos reservatórios localizados nas cabeceiras dos rios Grande (MG-SP), Paranaíba (MG) e São Francisco. Em condições normais, a expectativa de estoque era de apenas 24,2%. (02.09.14 – Baseado em Valor Econômico)

## Transporte de carga na Ferrovia Norte-Sul atrai apenas uma empresa

Só uma empresa se candidatou, e ainda sob condições, a operar trens no trecho de 855 km da Ferrovia Norte-Sul, entre Anápolis (GO) e Palmas (TO), inaugurado em maio pela Presidente Dilma Rousseff. Seguindo o novo modelo ferroviário, a estatal Valec ofereceu ao mercado a possibilidade de empresas colocarem seus vagões e locomotivas no trecho para transportar carga própria ou de terceiros. Mas, embora a rota seja importante ao escoamento de grãos, farelo e combustíveis, a resposta foi perto de zero. “As regras do jogo não estão dadas. Por isso, o mercado se retrai e diz: é um tiro no escuro, não vou entrar nessa aventura”, avalia o presidente da Associação Nacional dos Usuários de Transporte de Carga (Anut), Luis Henrique Teixeira Baldez, para explicar o pouco interesse do setor privado. As normas sobre o funcionamento do transporte independente de carga ferroviária só saíram um mês após o Governo abrir a concorrência pelo uso da Norte-Sul. E continuam sendo corrigidas.

(21.08.14 – Baseado em O Estadão)

## Novo terminal de Goiânia fica pronto, mas não tem como receber aviões

***O terminal de Goiânia pode receber passageiros, mas os aviões não conseguem chegar.***

O novo terminal de passageiros do Aeroporto de Goiânia (GO) está ficando pronto, após quase uma década de paralisações nas obras, mas não poderá funcionar. Quando for concluído, terá de ficar pelo menos um ano sem uso, porque todas as outras obras que completam a estrutura do aeroporto não saíram do papel – e não têm data para serem feitas. São obras como vias de acesso ao terminal, pátio para aviões e áreas de taxiamento. Ou seja, é um terminal que pode receber passageiros, mas onde os aviões não conseguem chegar.

(03.09.2014 - Baseado em O Estado de São Paulo)

## Consumo de energia sobe 3,2% ao ano até 2050

A Empresa de Pesquisa Energética (EPE) divulgou projeções para o consumo de energia no Brasil em 2050, quando deverá atingir 605 milhões de toneladas equivalentes de petróleo (TEP), alta de 126,6% na comparação com as atuais 267 milhões de TEP. Já o consumo de eletricidade deverá atingir 1.624 Terawatts-hora em 2050, 216,6% a mais que os atuais 513 TWh. O documento da EPE mostra que o aumento do consumo de eletricidade no País será, na média, de 3,2% ao ano até 2050, enquanto o aumento do consumo total de energia será de 2,2% ao ano. No caso da eletricidade, a EPE prevê que o padrão de consumo do País será de 7 mil kWh por habitante ao ano em 2050, próximo ao nível hoje consumido na União Européia. A EPE estima alta de 3,6% ao ano para o consumo de gás natural, para 212 milhões de metros cúbicos/ano em 2050. Com isso, o insumo responderá por 11% da demanda do conjunto da indústria, residências, comércio e serviços.

(20.08.2014-Baseado em Valor Econômico).

## Descompasso entre obras de geração e transmissão dá prejuízo de R\$ 8,3 bilhões

O descompasso entre as obras de geração de energia elétrica e das respectivas linhas de transmissão resultou em um prejuízo de pelo menos R\$ 8,3 bilhões entre 2009 e 2013, apontou um estudo apresentado ontem pelo Tribunal de Contas da União (TCU). A cifra, no entanto, pode ser bem maior, visto que foi considerado no cálculo o impacto financeiro dos atrasos de apenas 11 conjuntos formados por usinas geradoras e linhas de transmissão. Foram incluídas unidades de geração hidrelétrica, eólica e térmica, além das linhas de transmissão de energia. Diante dos números, o plenário do TCU aprovou o envio de uma série de determinações ao Ministério de Minas e Energia (MME) e à Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), entre as quais a reavaliação dos prazos estipulados nos leilões de construção de unidades geradoras e de linhas de transmissão. O Tribunal também quer que a Aneel melhore o banco de dados de empreendimentos em curso no País. De acordo com o relator da matéria, Ministro José Jorge, a precariedade das informações disponíveis impediu que o estudo incluísse uma gama bem mais ampla de empreendimentos. Segundo ele, de todos os leilões realizados entre 2005 e 2012, 79% dos projetos de hidrelétricas apresentaram atrasos. Nas térmicas, o índice foi de 75%, enquanto nas eólicas atingiu 88%. O relatório do Ministro informa ainda que 83% das linhas de transmissão e 63% das subestações atrasaram no período. (04.09.2014 - Baseado em Valor Econômico)

## União autoriza projetos de aeroportos privados para uso da aviação executiva

*Segundo a Secretaria de Aviação Civil, empresários do setor estão em conversações com o Governo para construir aeroportos privados de aviação executiva.*

O Ministro-Chefe da Secretaria de Aviação Civil (SAC), Moreira Franco, afirmou que a Presidente Dilma Rousseff autorizou a pasta a aprovar projetos de aeroportos de aviação executiva construídos e administrados exclusivamente pela iniciativa privada. O primeiro deles começou a sair do papel ontem e, ainda segundo o Ministro, outros empresários estão em conversações com o Governo para construir aeroportos no mesmo modelo no Rio de Janeiro, Pernambuco, Minas Gerais e Bahia. Não há planos, no entanto, de expansão do modelo para a aviação comercial. (03.09.2014 - Baseado em Valor Econômico)

## Governo vem atrasando pagamentos de obras do PAC, dizem empresas

A dificuldade do Governo Federal para fechar as contas sem comprometer a meta de superávit primário já bateu no caixa de algumas empreiteiras, segundo as próprias empresas. Em entrevista ao Estado, o Presidente da Associação Paulista de Empresários de Obras Públicas (Apeop), Luciano Amadio, diz que tem recebido, de forma recorrente, reclamações pelo atraso no pagamento de obras do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). Segundo ele, o problema começou a ficar mais evidente a partir de abril. Os relatos apontam para atrasos de 120 a 130 dias nos repasses feitos pela Caixa, diz. Entre os 110 associados da Apeop, cerca de 20% atuam em projetos do PAC. Mais da metade dessas empresas estão com atraso nos recebimentos. As reclamações surgem num momento em que o governo da Presidente Dilma Rousseff é acusado de atrasar uma série de repasses à Caixa para pagamento até mesmo de benefícios sociais, como o Bolsa Família. Tudo isso para simular uma economia de gastos públicos no primeiro semestre e melhorar o superávit primário - a economia para pagamentos dos juros da dívida federal.

(24.08.2014 - O Estado de São Paulo)

*Mais da metade das empresas associadas da Apeop que atuam em projetos do PAC estão reclamando de atraso no pagamento de obras.*

## Em média, as obras do PAC têm estendido o prazo de conclusão em 88%

Sete anos após o lançamento do PAC (Programa de Aceleração do Crescimento), as grandes obras ainda derrapam no cronograma e no orçamento. Em média, cada projeto tem estendido em 88% o prazo original de conclusão da obra, revela um levantamento feito pela consultoria Inter.B, do especialista Cláudio Frischtak. Um dos principais reflexos do atraso é o aumento dos preços, que varia entre 28% e 64%. O trabalho avaliou as 16 maiores obras do setor de logística, energia e saneamento, que hoje somam R\$ 83 bilhões de investimentos. Esse montante é R\$ 21 bilhões maior do que a previsão inicial. O cardápio de justificativas para o atraso e alta de custos inclui as reclamações recorrentes, como dificuldade para conseguir licenças ambientais, complicações nos acordos de desapropriação, greves e manifestações. O professor da Fundação Dom Cabral, Paulo Resende, entende que a origem dos problemas é a ausência de um projeto executivo. De acordo com o professor, na Europa e nos Estados Unidos, há mais de 30 anos não se licita uma obra sem antes o governo fazer um projeto executivo. O resultado de pular essa etapa, diz Resende, é que as surpresas técnicas vão surgindo no meio do caminho, seja na parte de geologia ou no licenciamento ambiental.

(24.08.2014 - Baseado em O Estado de São Paulo)

# 1. ENERGIA ELÉTRICA

## 1.1. Previsão para Entrada em Operação de Novos Geradores – Quadro Geral (ANEEL)

**Previsão para Entrada em Operação (em MW)**  
De 15 de agosto de 2014 até 31 de dezembro de 2018

Usinas Hidrelétricas (UHE)						
Cenário	2014	2015	2016	2017	2018	Σ
Conservador	1.804	3.516	5.308	3.886	3.667	18.180
Otimista	1.804	3.516	5.315	3.886	4.775	19.295

Usinas Termelétricas (UTE)*						
Cenário	2014	2015	2016	2017	2018	Σ
Conservador	934	605	426	50	1.405	3.420
Otimista	955	623	426	60	1.405	3.469

Fontes Alternativas - PCHs, Biomassa e Eólica (F.A.)						
Cenário	2014	2015	2016	2017	2018	Σ
Conservador	1.698	2.656	192	34	25	4.605
Otimista	1.835	6.266	2.630	1.083	459	12.274

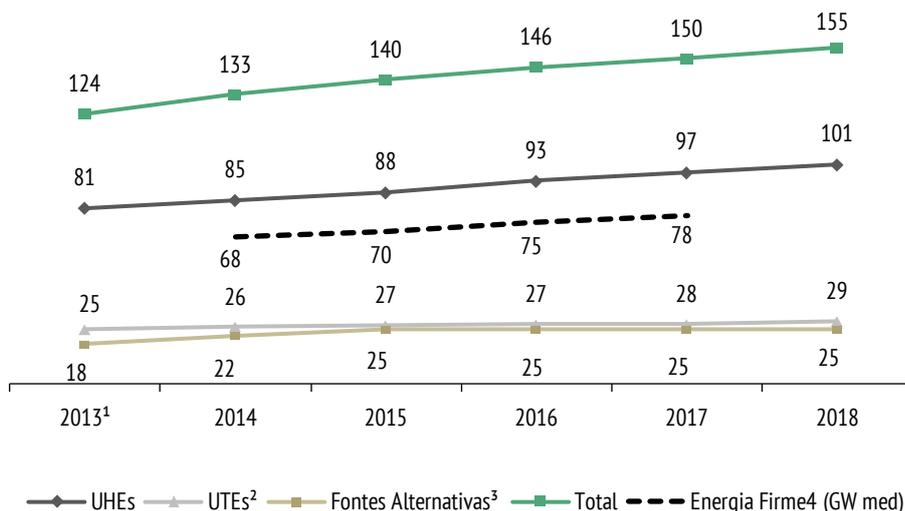
Somatório de UHE, UTE, F.A.						
Cenário	2014	2015	2016	2017	2018	Σ
Conservador	4.436	6.777	5.925	3.969	5.097	26.204
Otimista	4.595	10.405	8.371	5.029	6.639	35.038

As estimativas divulgadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) indicam, no cenário conservador, aumento de 4,0% ao ano na capacidade total de geração elétrica do País, considerando o período entre 15 de agosto de 2014 e 31 de dezembro de 2018.

No cenário otimista, a previsão de expansão é de 35,0 mil MW no período 2014-2018. Nesse cenário, a taxa média de crescimento da capacidade instalada de geração elétrica seria de 5,4% ao ano.

Fonte: Elaboração própria com dados da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL)  
Cenário conservador: considera somente as usinas sem restrições à entrada em operação.  
Cenário otimista: considera as usinas sem restrições à entrada em operação e as usinas com impedimentos tais como licença ambiental não obtida, obra não iniciada e contrato de combustível indefinido.

**Previsão da Capacidade Instalada\* (GW) e Oferta de Energia Firme (GW médios)**  
Cenário Conservador

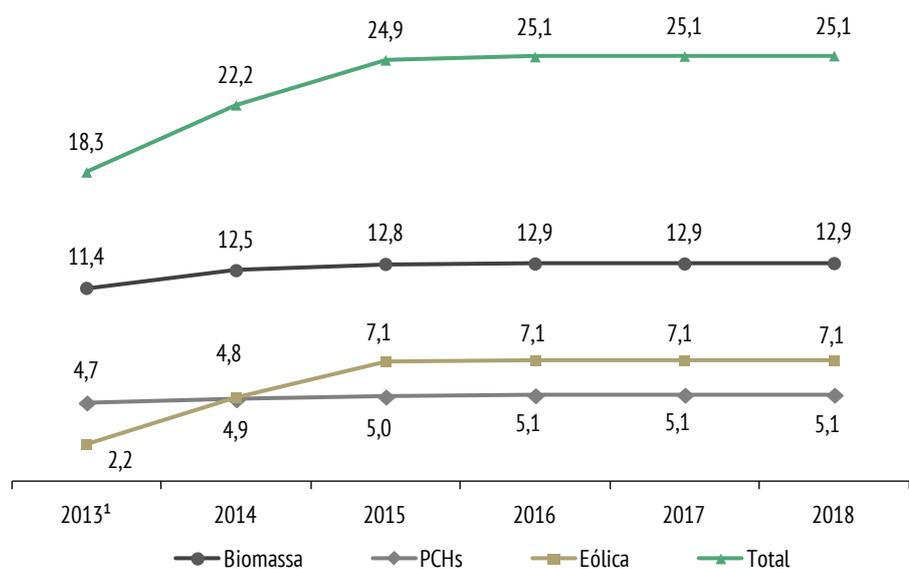


Fonte:  
Elaboração própria com dados da Aneel e da PSR Consultoria (Energy Report - Janeiro/2014).

Notas:  
<sup>1</sup> Capacidade Instalada em 31/12/2013.  
<sup>2</sup> UTEs movidas a carvão, gás natural, diesel e óleo combustível.  
<sup>3</sup> PCHs, UTEs movidas a biomassa e eólicas.  
<sup>4</sup> Energia Firme com 5% de risco de déficit, considerando uma redução de 4% na produtividade das usinas hidrelétricas e uma redução nas vazões da região NE para o valor observado nos últimos 20 anos.<sup>5</sup>

\* Excluídas as Centrais Nucleares.

**Previsão da Capacidade Instalada - Fontes Alternativas (GW)  
Cenário Conservador**



Fonte: Elaboração própria com dados da Aneel.

<sup>1</sup> Capacidade Instalada em 31/12/2013.

Entre 2013 e 2018, no cenário conservador, estima-se o crescimento de 25% da capacidade instalada no Brasil de usinas hidrelétricas (UHEs). O crescimento da geração térmica (UTES), também no cenário conservador, deve ser de 15% no mesmo período. Em dezembro de 2013, a participação das UHEs foi de 65% na matriz elétrica nacional e deve permanecer nesse patamar até 2018. A participação na capacidade total instalada das UTES deve cair de 20% em 2013 para 19% em 2018.

## Geração Hidrelétrica e Termelétrica

A previsão otimista prevê a entrada em operação de 19,3 mil MW de UHEs até 2018, enquanto a previsão conservadora prevê a entrada de 18,2 MW no mesmo período. Em outras palavras, 94% da potência prevista não apresenta restrição ao andamento dos trabalhos.

Em relação às termelétricas, prevê-se alta capacidade para entrada em operação no cenário otimista, de 3,5 mil MW até 2018, sendo que cerca de 3,4 mil MW (90%) não apresentam restrição ao andamento dos trabalhos.

A par e passo com a entrada em operação comercial de unidades geradoras de Santo Antonio e de Jirau, outras usinas começam a operar ao longo dos próximos meses. As principais usinas com operação prevista para este biênio são Santo Antonio do Jari, Belo Monte no sítio Pimental, Teles Pires e Colider.

O início da operação comercial da usina Santo Antonio do Jari está previsto para o ano em curso. Cabe sublinhar que a construção da usina, com capacidade de 370 MW, enfrenta dificuldade logística, de vez que todos os equipamentos e grande parte do material da obra têm origem no Sul e Sudeste do País. O acesso ao canteiro de obra se faz a partir de Belém, com deslocamentos de três dias por balsa até o porto de Mungumbá, para logo chegar ao sítio do empreendimento através de 30 km de rodovia.

A usina de Belo Monte, em construção no Rio Xingu, no Estado do Pará, terá capacidade de 11.233 MW. Por operar com reservatório reduzido, contará com 4.500 MW em média ao longo do ano. A usina terá duas casas de força. A principal terá capacidade de 11.000 MW. A casa de força complementar no sítio Pimental, construída junto

*A estimativa conservadora de crescimento da capacidade instalada de geração elétrica, em 2014, é superior à estimativa de crescimento do PIB elaborada pela CNI, respectivamente, 7,1% e 0,5%.*

A participação das usinas térmicas à biomassa deve cair de 9% para 8% e das pequenas centrais hidrelétricas (PCHs) deve reduzir de 4% para 3% em 2018. A previsão conservadora para a participação das usinas eólicas na capacidade total instalada, em 2018, passará de 2% para 5%.

à barragem principal, terá capacidade de 233 MW. Belo Monte produzirá potência máxima de 11.233 MW entre os meses de fevereiro e maio, quando o Rio Xingu atinge vazão elevada. As turbinas serão progressivamente desligadas nos outros meses. Um atributo importante da usina é que poderá gerar continuamente nos períodos de estiagem do Sudeste e do Centro-Oeste, e assim abater a conta do despacho das termelétricas. A primeira unidade da casa de força principal de Belo Monte entrará em serviço em março de 2016. Já a primeira unidade da usina no sítio Pimental entrará em operação comercial em fevereiro de 2015. As demais unidades da casa de força complementar entram em serviço ao longo do próximo ano.

A usina hidrelétrica de Colider, em construção na região norte do Mato Grosso, integra o Programa de Aceleração do Crescimento, do Governo Federal. É o primeiro dos cinco aproveitamentos do potencial energético do Rio Teles Pires e parte do projeto de expansão hidrelétrica na bacia do Rio Tapajós. Terá capacidade de 300 MW. A primeira unidade, de 100 MW de capacidade, entrará em operação comercial em dezembro de 2015.

A usina hidrelétrica de Teles Pires, localizada na divisa dos Estados do Pará e Mato Grosso, terá capacidade de 1.820 MW. Cinco unidades de 364 MW de capacidade entrarão em serviço entre os meses de maio e julho de 2015.

### Geração a partir de Fontes Alternativas

No cenário conservador, a contribuição das PCHs deverá ser de 399 MW de potência adicional até 2018. Já no cenário otimista, até 2018, devem entrar em operação um total de 2,0 mil MW.

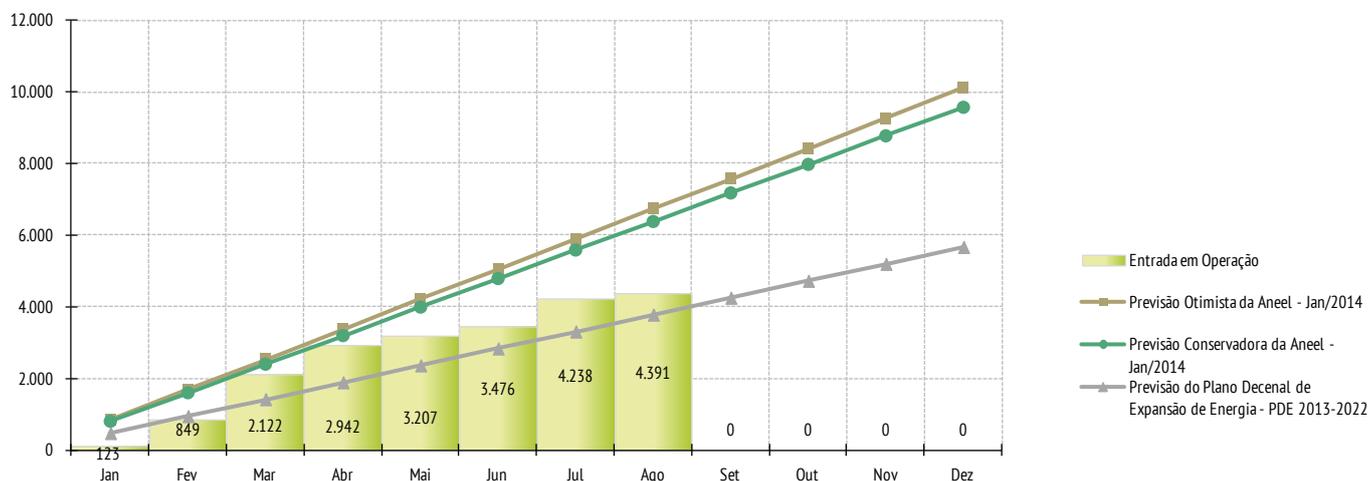
As usinas a biomassa devem acrescentar, no cenário conservador, 881 MW até 2018. No cenário otimista, a contribuição adicional total dessa fonte pode chegar a 1,9 mil MW para o mesmo período.

Apesar da alta capacidade prevista para entrada em operação de eólicas no cenário otimista de 8,4 mil MW, apenas 39% da potência (3,3 mil MW) não apresenta restrições para entrada em operação até 2018.

### Expansão da Capacidade de Geração

O gráfico apresentado a seguir ilustra os acréscimos mensais de capacidade geradora no sistema interligado nacional. As linhas representam uma média teórica de entrada uniforme de capacidade geradora para que a previsão seja atingida.

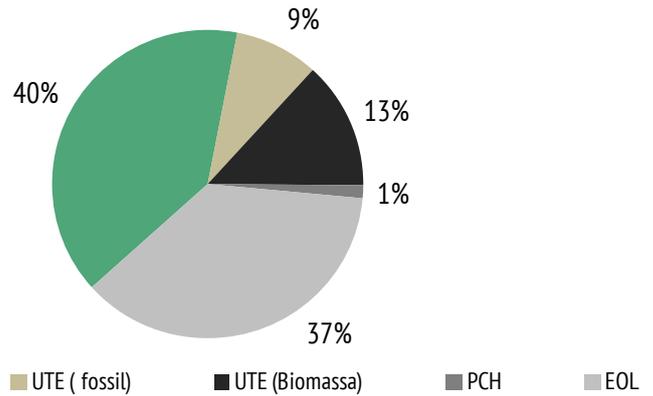
**Expansão da Capacidade de Geração em 2014 (MW)**  
**De 1º de janeiro a 15 de agosto de 2014**



Fonte: Elaboração própria com dados da ANEEL e da EPE.

Em 2014, até 15 de agosto, entraram em operação 4.391 MW. Desse total, as UHEs representaram 40% da potência total que entrou em operação totalizando 1,7 mil MW. As EOL representaram 37% totalizando 1,6 mil MW. As UTEs fósseis representaram 9% da capacidade instalada no período, enquanto as UTEs de biomassa representaram 13% do total. As PCHs até o período representaram apenas 1% da capacidade instalada.

**Distribuição da Capacidade Instalada por Tipo de Usina (%)**  
De 1º de janeiro a 15 de agosto de 2014



Fonte: Elaboração própria com dados da ANEEL.  
\* Inclui UTEs a óleo combustível, óleo diesel, gás natural e carvão.

## 1.2 Consumo de Energia Elétrica (EPE)

O mercado nacional de fornecimento de energia elétrica a consumidores livres e cativos atingiu, em julho de 2014, 37.794 GWh, apresentando um valor similar ao observado em julho de 2013.

O consumo industrial de energia elétrica foi de 14.421 GWh, valor 7% inferior ao observado no mesmo mês de 2013. O consumo industrial de energia elétrica representou 38% do total de energia elétrica consumida em julho de 2014. No acumulado do ano, o consumo industrial de eletricidade apresentou recuo de 2,5% quando comparado ao mesmo período de 2013.

De acordo com a EPE, o arrefecimento do consumo industrial de energia, que se concentrava nos setores eletrointensivos, se espalhou por outros segmentos. Contribuíram para isto, cenário externo desfavorável e redução da demanda doméstica, além de alguma influência da Copa do Mundo sobre o funcionamento de setores da indústria (menor número de horas trabalhadas no período). Com efeito, registra-se redução da produção de produtos metalúrgicos, químicos e automotivos.

**Consumo de Energia Elétrica por Classe (GWh)**

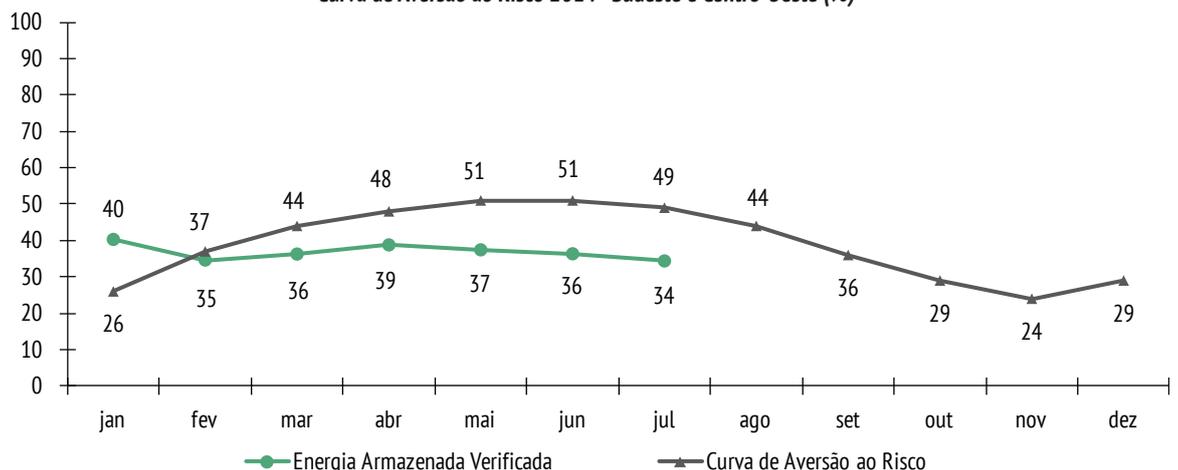
Classe	Julho	Julho	Var. %	Jan-Jul	Jan-Jul	Var. %
	2013	2014		2013	2014	
Residencial	10.032	10.605	6	72.390	77.443	7
<b>Industrial</b>	<b>15.507</b>	<b>14.421</b>	<b>-7</b>	<b>106.293</b>	<b>103.653</b>	<b>-2</b>
Comercial	6.460	6.831	6	48.294	52.276	8
Outras	5.761	5.937	3	40.667	42.406	4
<b>Total</b>	<b>37.760</b>	<b>37.794</b>	<b>0</b>	<b>267.644</b>	<b>275.778</b>	<b>3</b>

Fonte: Elaboração própria com dados da EPE.

## 1.3 Curva de Aversão ao Risco e Energia Armazenada Verificada (ONS)

As Curvas de Aversão a Risco estabelecem níveis de energia armazenada, vale dizer, requisito mínimo de armazenagem de energia, em base mensal, adotados como referência de segurança para o atendimento do Sistema Interligado Nacional. Para garantir o atendimento ao mercado e assegurar a capacidade de recuperação dos reservatórios, os níveis de armazenamento do reservatório equivalente de uma Região devem ser mantidos sempre acima dessa curva.

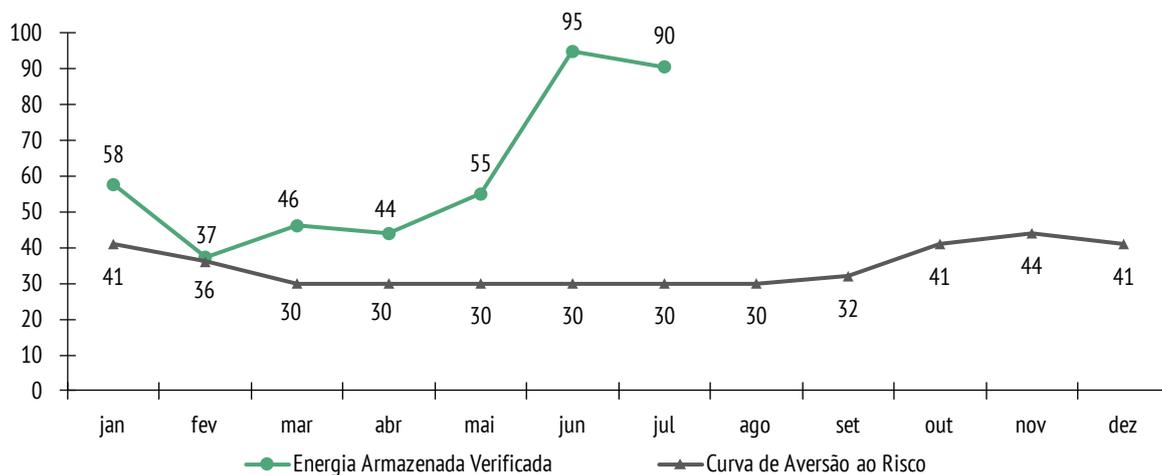
**Curva de Aversão ao Risco 2014 - Sudeste e Centro-Oeste (%)**



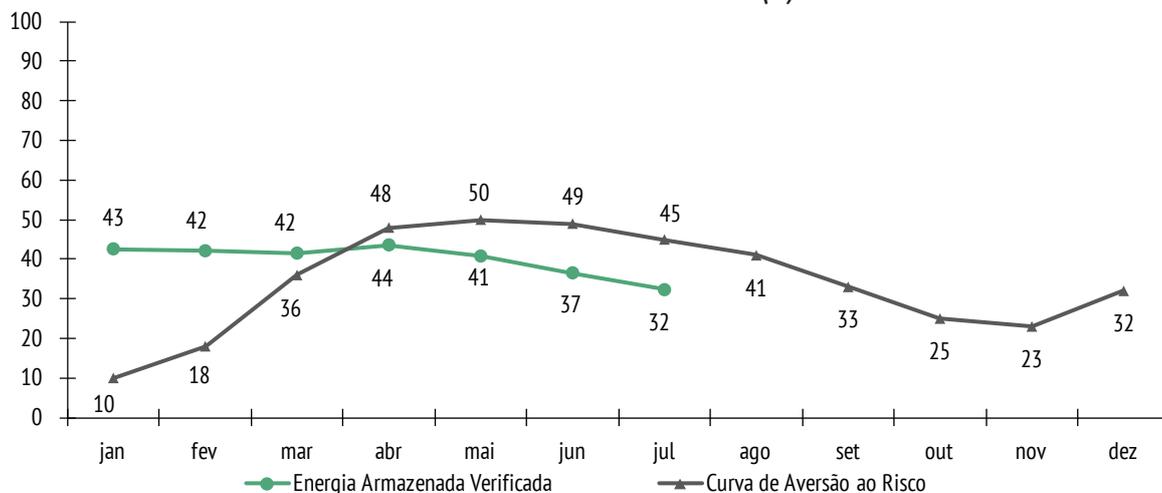
Em julho de 2014, a energia armazenada verificada caiu em todas as Regiões. Na Região Sul caiu de 95% para 90%, nas Regiões Sudeste e Centro Oeste a energia armazenada caiu de 36% para 34%, na Região Nordeste a energia armazenada caiu de 37% para 32% e a na Região norte caiu de 92% para 85%. As Regiões Nordeste, Sudeste e

Centro-Oeste apresentam indícios de que a capacidade dos reservatórios pode não ser suficiente para atender a demanda no período de seca, deficiência que deve ser suprida por importações de energia dos outros subsistemas ou por acionamento de termelétricas.

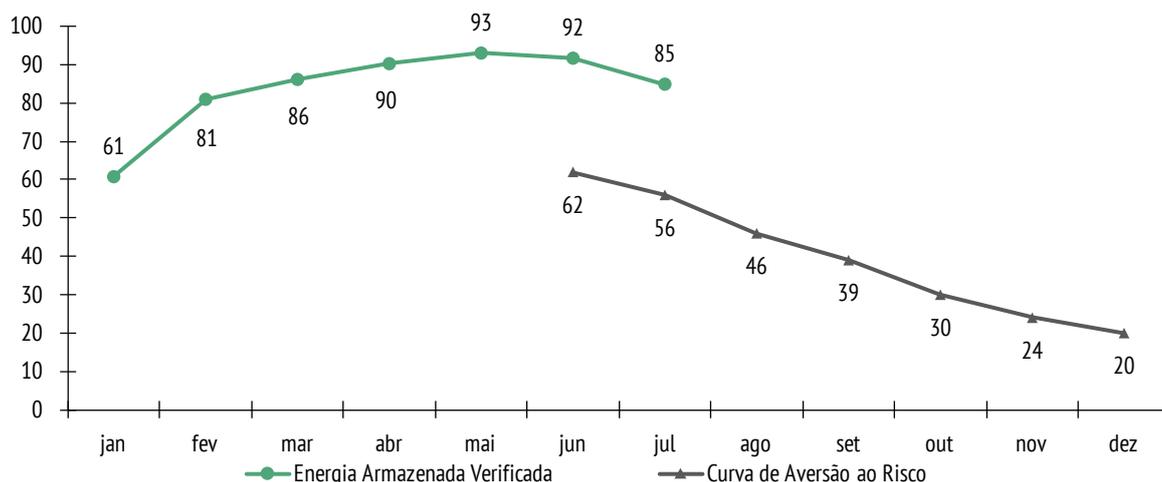
Curva de Aversão ao Risco 2014 - Sul (%)



Curva de Aversão ao Risco 2014 - Nordeste (%)



Curva de Aversão ao Risco 2014 - Norte (%)



Fonte: Elaboração própria com dados do ONS.

A Curva Bianaual de Aversão ao Risco proposta para a Região Norte considera a hipótese de ocorrência das aflúncias do pior ano do histórico de Tucuruí para o Subsistema Norte - 1963. Aplicação da curva limitada ao período junho-dezembro de cada ano.

## 1.4. Preço de Liquidação das Diferenças (CCEE)

O Preço de Liquidação das Diferenças - PLD é utilizado para valorar a compra e a venda de energia no mercado de curto prazo. O PLD é um valor determinado semanalmente para cada patamar de carga com base no custo marginal de operação, limitado por um preço máximo e mínimo vigentes para cada período de apuração e para cada submercado. Os intervalos de duração de cada patamar são determinados para cada mês de apuração pelo ONS e informados à Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, para que sejam considerados no sistema de contabilização e liquidação. Em 2014, o PLD mínimo e máximo são, respectivamente, R\$ 15,62 e R\$ 822,83/MWh.

Na quinta semana de agosto, o PLD não atingiu o valor máximo previsto pela CCEE de R\$ 822,83/MWh nas Regiões. Para carga pesada atingiu valor máximo de R\$ 700,76/MWh para todas as regiões. Enquanto para a carga leve teve um máximo de R\$ 684,99 para todas as regiões.

O cálculo da média mensal do PLD por submercado considera os preços semanais por patamar de carga - leve, médio e pesada, ponderado pelo número de horas em cada patamar e em cada semana do mês, para todas as Regiões.

O mês de agosto de 2014 apresentou um PLD de R\$ 709,563/MWh. Esse valores são quatro vezes maiores que os valores observados em julho de 2013 no mercado atacadista.

**Preço de Liquidação das Diferenças - PLD (R\$/MWh)**  
**Semana 5 - Agosto 2014 (Período: 23/08/2014 a 29/08/2014)**

Carga	Sudeste/ Centro-Oeste	Sul	Nordeste	Norte
Pesada	700,76	700,76	700,76	700,76
Média	700,76	700,76	700,76	700,76
Leve	684,99	684,99	684,99	684,99

Fonte: Elaboração própria com dados da CCEE.

**Preço de Liquidação das Diferenças - PLD (R\$/MWh)**  
**Mensal**

Região	Agosto	Agosto	Variação
	2013	2014	(%)
Sudeste/Centro-Oeste	163,38	709,53	334,28
Sul	145,56	709,53	387,45
Nordeste	164,69	709,53	330,83
Norte	163,38	709,53	334,28

Fonte: Elaboração própria com dados da CCEE.

# 2. PETRÓLEO

## 2.1. Produção, Comércio Exterior e Processamento de Petróleo (ANP)

A produção nacional de petróleo, no mês de junho de 2014, foi de 70 milhões de barris equivalentes de petróleo (bep), volume 7% superior ao produzido no mesmo mês do ano anterior. No acumulado do ano, a produção foi 8% superior.

O grau API médio do petróleo produzido em junho de 2014 foi de aproximadamente 24,5°, sendo que 9,7% da produção foi considerada óleo leve

(maior ou igual a 31°API), 60,0% foi considerada óleo médio (entre 22°API e 31°API) e 30,3% foi considerado óleo pesado (menor que 22°API).

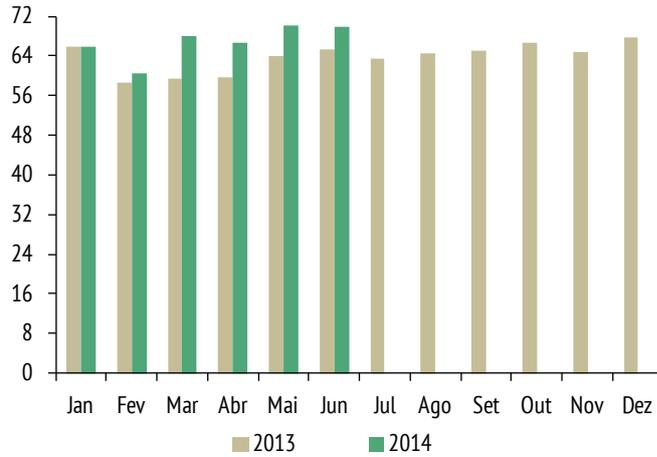
O volume correspondente ao processamento de petróleo nas refinarias nacionais, em junho de 2014, foi de 66 milhões de bep. Esse volume foi 4% superior ao observado em junho de 2013 e no acumulado do ano 1% superior.

O volume de petróleo exportado pelo País, em junho de 2014, foi de 16 milhões de bep, valor 87% superior ao exportado em junho de 2013. No acumulado do ano, a exportação foi 32% superior ao observado no mesmo período do ano anterior.

O preço médio do petróleo importado pelo País, em maio de 2014, foi de US\$ 112,68/barril, valor 1% superior ao observado em junho de 2013. No acumulado do ano, o preço apresentou queda de 0,5%.

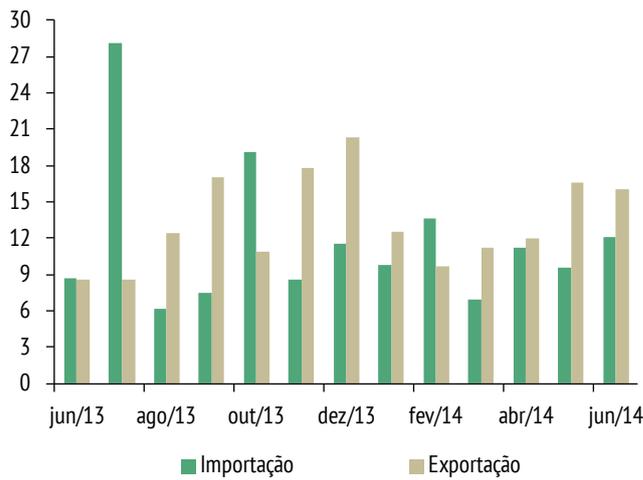
*De acordo com a ANP, em junho de 2014, cerca de 92,2% da produção de petróleo do Brasil foi extraída de campos marítimos.*

**Produção Nacional de Petróleo (milhões bep)**



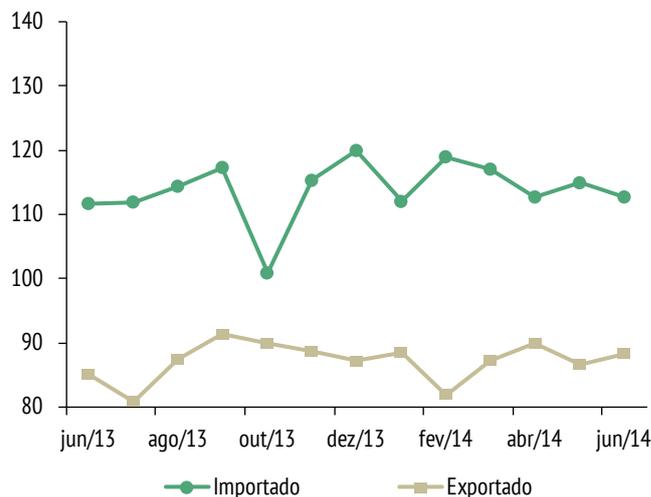
Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

**Importação vs. Exportação de Petróleo (milhões bep)**



Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

**Preço Médio do Petróleo Importado e Exportado (US\$ FOB/barril)**



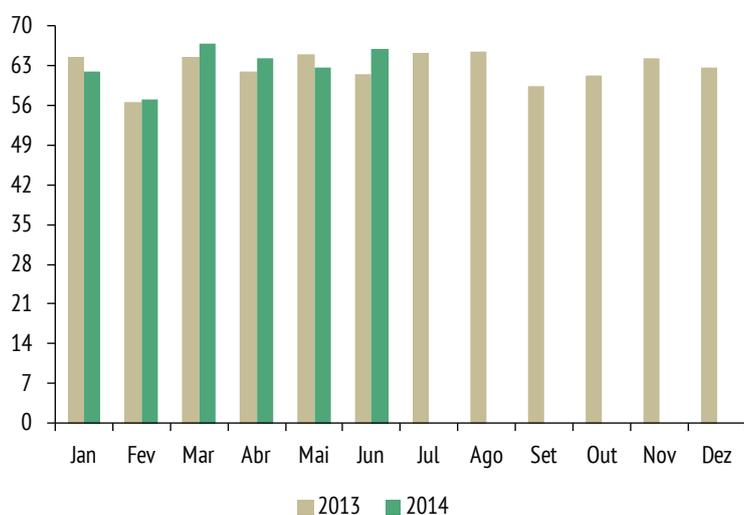
Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

## 2.2. Produção e Comércio Exterior de Combustíveis Derivados de Petróleo (ANP)

Em junho de 2014, a produção nacional de derivados de petróleo foi de 66 milhões bep (1 bep equivale a 0,15 m<sup>3</sup>), volume 7% superior ao produzido em junho de 2013. No acumulado do ano, a produção nacional de derivados foi 1% superior ao mesmo período do ano passado.

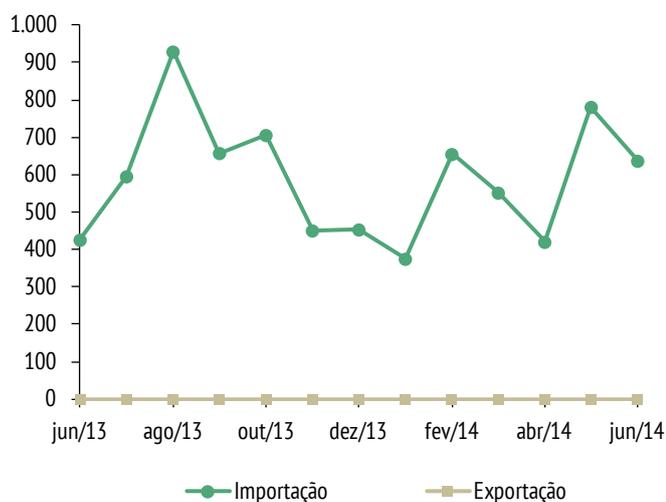
A importação de derivados de petróleo, em junho de 2014, foi de 16 milhões bep, valor 85% superior ao registrado em junho do ano anterior. No acumulado do ano, a importação observada foi 4% inferior.

**Produção de Derivados de Petróleo (milhões bep)**



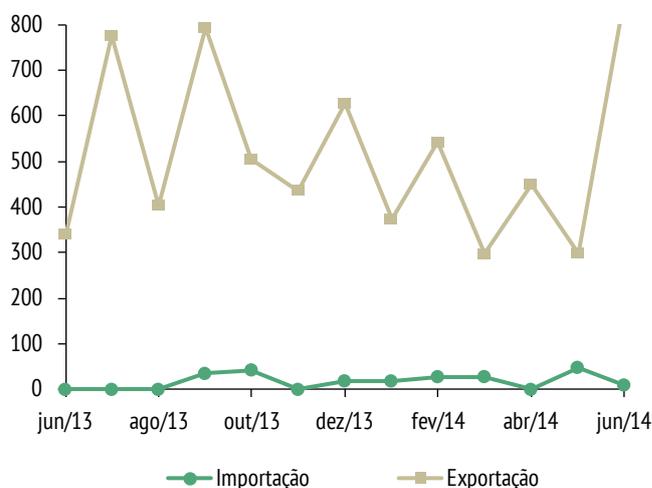
Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

**Importação e Exportação de Nafta (mil m<sup>3</sup>)**



Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

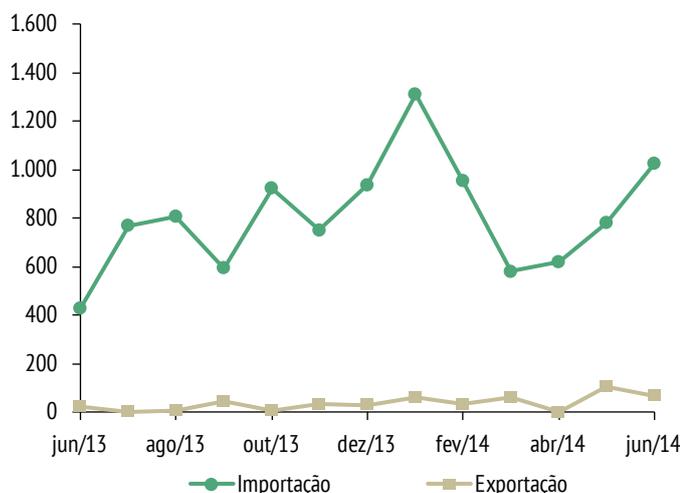
**Importação e Exportação de Óleo Combustível (mil m<sup>3</sup>)**



Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

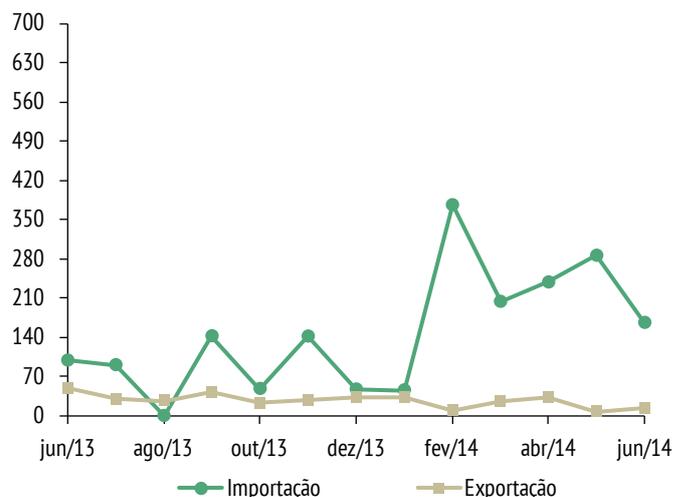
Com respeito à exportação de derivados de petróleo, em maio de 2014, foi constatado um total de 10 milhões bep, o que representa um volume 50% superior ao observado no mesmo mês de 2013. No acumulado do ano, a exportação foi 7% superior.

**Importação e Exportação de Óleo Diesel (mil m<sup>3</sup>)**



Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

**Importação e Exportação de Gasolina (mil m<sup>3</sup>)**



Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

### 2.3. Dependência Externa de Petróleo e Derivados (ANP)

Em junho de 2014, o Brasil registrou uma dependência externa positiva de 2% na balança comercial de petróleo e derivados. Em outras palavras, a importação de petróleo e derivados foi 2 milhões de bep superior à exportação de petróleo e derivados frente a um consumo aparente de 71 milhões de bep. Em junho de 2013, a dependência externa foi positiva em 3%. No acumulado do ano de 2014, foi observada uma dependência de 6%. No mesmo período do ano anterior, a dependência foi de 13%.

**Dependência Externa de Petróleo e Derivados (milhões bep)**

	Junho/2013	Jan-Jun/2013	Junho/2014	Jan-Jun/2014
Produção de Petróleo (a)	65	373	70	401
Imp. Líq. de Petróleo (b)	0	6	-4	-15
Imp. Líq. de Derivados (c)	2	49	6	42
Consumo Aparente (d)=(a+b+c)	67	428	71	428
Dependência Externa (e)=(d-a)	2	56	2	27
<b>Dependência Externa (%) (e)/(d)</b>	<b>3</b>	<b>13</b>	<b>2</b>	<b>6</b>

Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

**Balança Comercial de Petróleo e Derivados (milhão US\$ FOB)**

	Junho/2013	Jan-Jun/2013	Junho/2014	Jan-Jun/2014
<b>Petróleo</b>				
Receita com exportação (a)	728	5.297	1.418	6.814
Dispêndio com importação (b)	971	7.428	1.366	7.248
Balança Comercial (c)=(a-b)	-243	-2.131	52	-433
<b>Derivados</b>				
Receita com exportação (d)	757	4.667	1.047	4.827
Dispêndio com importação (e)	991	10.637	1.747	9.678
Balança Comercial (f)=(d-e)	-234	-5.970	-700	-4.851
<b>Petróleo e Derivados</b>				
Receita Total com exportação (g)=(a+d)	1.485	9.964	2.464	11.641
Dispêndio Total com importação (h)=(b+e)	1.963	18.065	3.113	16.926
<b>Balança Total (i)=(g)-(h)</b>	<b>-477</b>	<b>-8.101</b>	<b>-649</b>	<b>-5.284</b>

Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

### 2.4. Balança Comercial de Petróleo e Derivados (ANP)

A balança comercial brasileira de petróleo e derivados, em junho de 2014, apresentou saldo de US\$ -649 milhões FOB. Ou seja, o Brasil importou US\$ 649 milhões FOB a mais do que exportou. No mesmo mês do ano

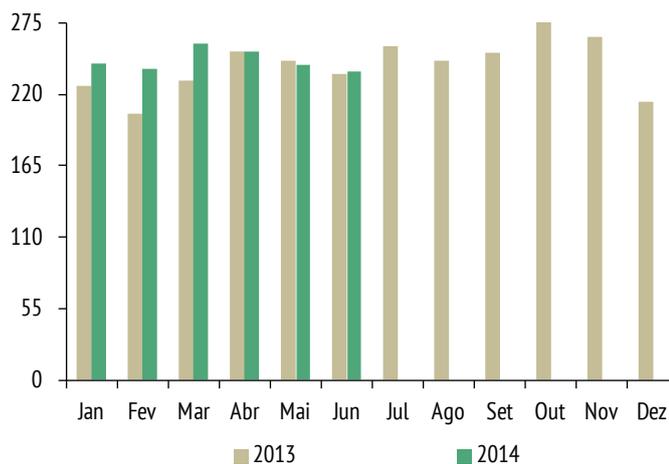
anterior, esse saldo havia sido negativo em US\$ 477 milhões FOB. No acumulado do ano, a balança comercial de petróleo e derivados apresentou saldo negativo de US\$ 5,3 bilhões FOB.

## 3. BIOCOMBUSTÍVEIS

### 3.1. Produção de Biodiesel (ANP)

A produção nacional de biodiesel, em junho de 2014, foi de 238 mil m<sup>3</sup>, montante 1% superior ao produzido em junho de 2013. No acumulado do ano, a produção de biodiesel foi 6% superior.

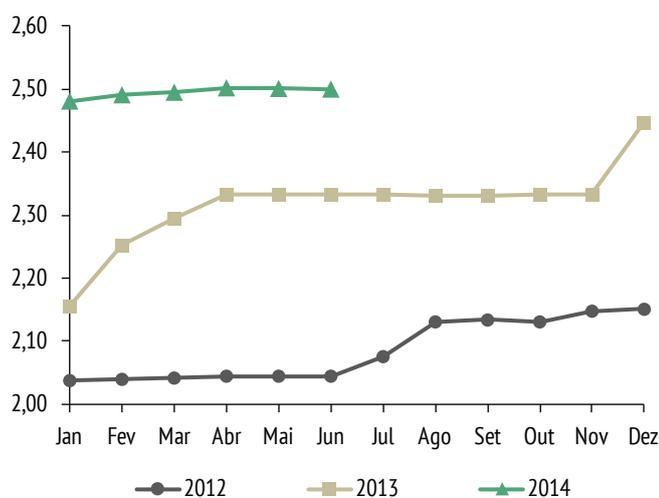
Produção de Biodiesel (mil m<sup>3</sup>)



Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

O preço do óleo diesel (misturado com biodiesel), em junho de 2014, foi de R\$ 2,50/ℓ, valor 7% superior ao observado em junho de 2013.

Preço ao Consumidor do Diesel B5 (R\$/ℓ)\*



Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

\*B2,B3,B4,B5: respectivamente, 2%,3%,4%,5% de biodiesel no óleo diesel

### 3.2. Álcool

#### Produção de Álcool e Açúcar (MAPA)

A safra 2013/2014 produziu, até o dia 30 de abril de 2014, 28.008 mil m<sup>3</sup> de álcool, sendo 16.186 mil m<sup>3</sup> referentes à produção de álcool etílico hidratado (58%). Em relação ao mesmo período da safra 2012/2013, houve um aumento de 18% na produção de álcool hidratado no mesmo período.

A produção total de álcool foi 22% superior em relação ao mesmo período da safra anterior, com aumento na produção do álcool anidro e álcool hidratado.

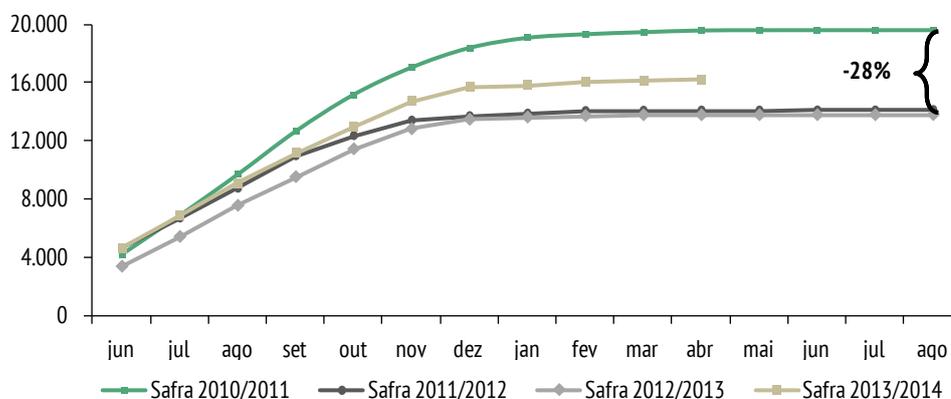
A produção de açúcar apresentou queda. Até 30 de abril de 2014, produziu-se 38 milhões de toneladas de açúcar, volume 1% inferior ao observado no mesmo período da safra 2012/2013.

Produção de Álcool e Açúcar - Valores Acumulados

	Safra 2012/2013 (até 30 de abril de 2013)	Safra 2013/2014 (até 30 de abril de 2014)	Variação (%)
Álcool Anidro (mil m <sup>3</sup> )	9.695	11.822	22
Álcool Hidratado (mil m <sup>3</sup> )	13.765	16.186	18
<b>Total Álcool (mil m<sup>3</sup>)</b>	<b>23.460</b>	<b>28.008</b>	<b>19</b>
Açúcar (mil ton)	38.357	37.845	-1

Fonte: Elaboração própria com dados do MAPA.

Produção de Álcool Etílico Hidratado (mil m<sup>3</sup>)



Fonte: Elaboração própria com dados do MAPA.

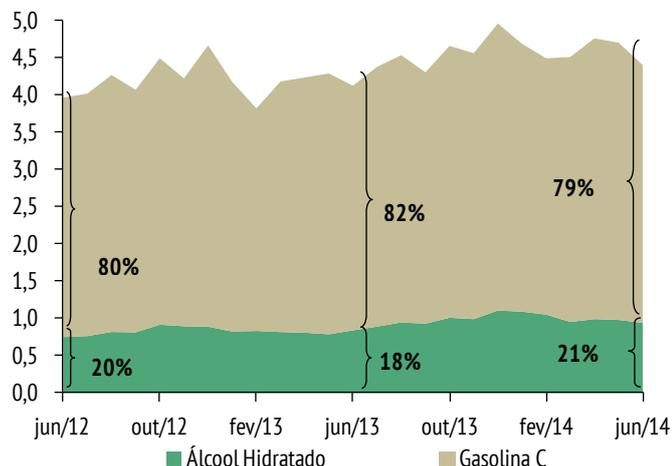
#### Vendas de Álcool Etílico Hidratado (ANP)

As vendas de álcool etílico hidratado foram de 942 mil m<sup>3</sup> em junho de 2014. Esse número representa um aumento de 12% em relação ao volume vendido em junho de 2013. No acumulado do ano, as vendas foram 22% superiores.

As vendas de álcool etílico hidratado representaram 21% do universo de vendas do álcool e da gasolina em junho de 2014. Essa participação foi superior ao observado em junho de 2013 quando as vendas de álcool representaram 18%.

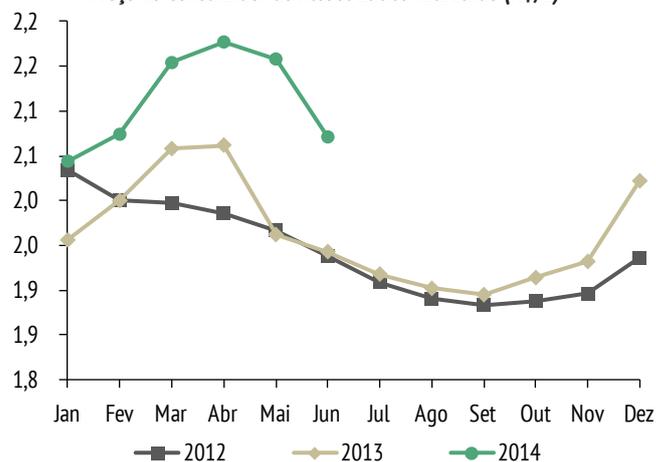
Em junho de 2014, o preço médio ao consumidor do álcool etílico hidratado foi de R\$ 2,07/ℓ, valor 7% superior ao registrado em junho de 2013.

Vendas de Álcool Etílico Hidratado e Gasolina C<sup>1</sup>



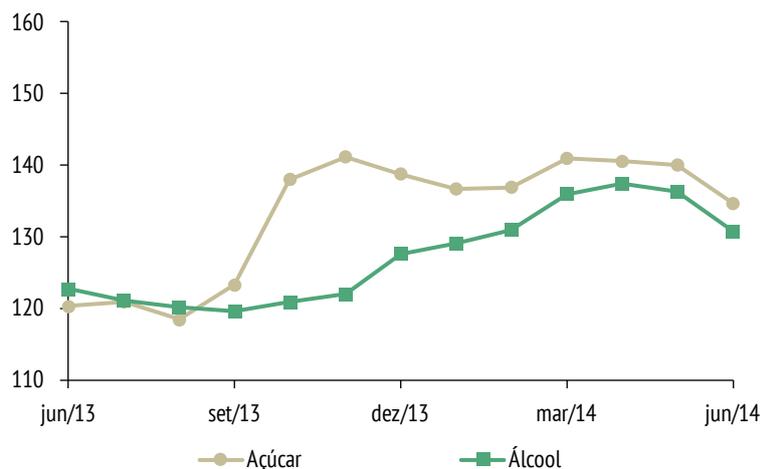
<sup>1</sup>Gasolina C: Gasolina A + percentual de Álcool Anidro.  
Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

Preço ao Consumidor do Álcool Etílico Hidratado (R\$/L)



Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

Índice de Preço do Açúcar\* e do Álcool Etílico Hidratado (jan/07 = 100)



Fonte: Elaboração própria com dados da ANP e da ESALQ/USP.

\* Foi considerado o preço do açúcar cristal observado no Estado de São Paulo, no 1º dia útil de cada mês, divulgado pela ESALQ/USP.

## 4. GÁS NATURAL

### 4.1. Produção, Importação e Oferta Interna de Gás Natural (ANP)

A produção nacional diária média de gás natural, em junho de 2014, foi de 87 milhões m<sup>3</sup>, representando um aumento de 8% comparado à média verificada em junho de 2013. No acumulado do ano, a média foi 10% superior.

A importação de gás natural realizada pelo País, em junho de 2014, foi de 38 milhões m<sup>3</sup>/dia. A oferta total líquida desse

energético, descontando o gás natural queimado, perdido, reinjetado e consumido nas unidades de exploração e produção, naquele mês, foi de 94 milhões m<sup>3</sup>/dia. Este montante é 1% inferior ao observado em junho de 2013. No acumulado do ano, a oferta total do gás natural foi 2% inferior.

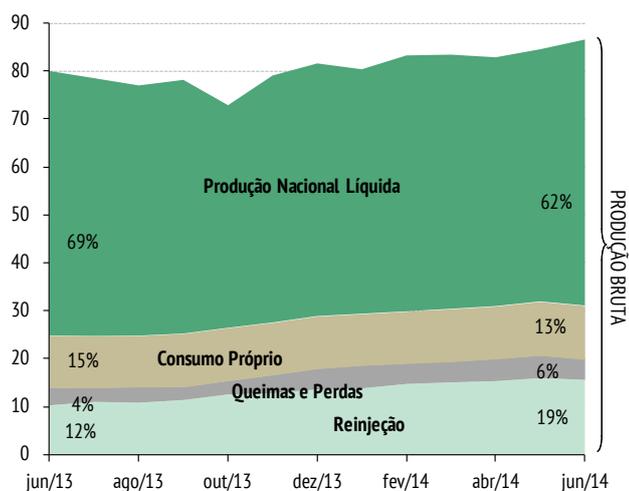
*A proporção de gás natural queimado, perdido, reinjetado e consumido nas unidades de exploração e produção (E&P) foi de 36% em junho de 2014. Em maio de 2013, essa proporção havia sido de 31%.*

Balanco do Gás Natural no Brasil (mil m<sup>3</sup>/dia)

	Média em Junho/2013	Média do período Jan-Jun/2013	Média em Junho/2014	Média do período Jan-Jun/2014
<b>Produção Nacional<sup>1</sup></b>	<b>79.988</b>	<b>76.091</b>	<b>86.565</b>	<b>83.495</b>
- Reinjeção	10.177	9.268	15.506	14.996
- Queimas e Perdas	3.717	3.813	4.264	4.509
- Consumo Próprio	10.903	10.623	11.301	11.089
<b>= Produção Nac. Líquida</b>	<b>55.191</b>	<b>52.386</b>	<b>55.494</b>	<b>52.901</b>
+ Importação	39.685	47.455	38.093	44.663
<b>= Oferta</b>	<b>94.877</b>	<b>99.841</b>	<b>93.587</b>	<b>97.564</b>

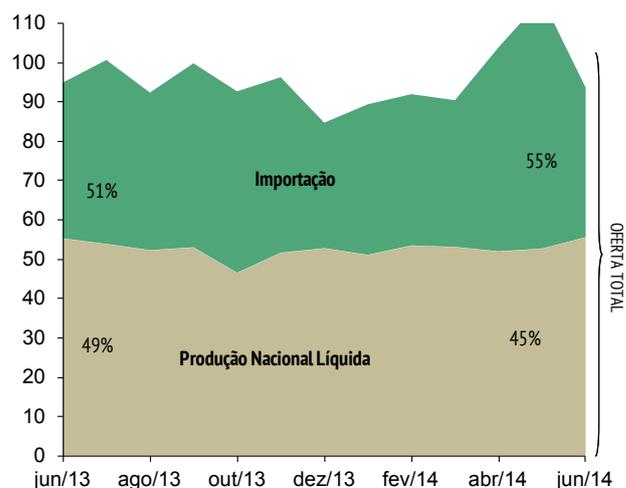
Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.  
<sup>1</sup>Não inclui Gás Natural Liquefeito.

**Produção Nacional Bruta de Gás Natural (milhão m<sup>3</sup>/dia)**



Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

**Oferta Total de Gás Natural (milhão m<sup>3</sup>/dia)**



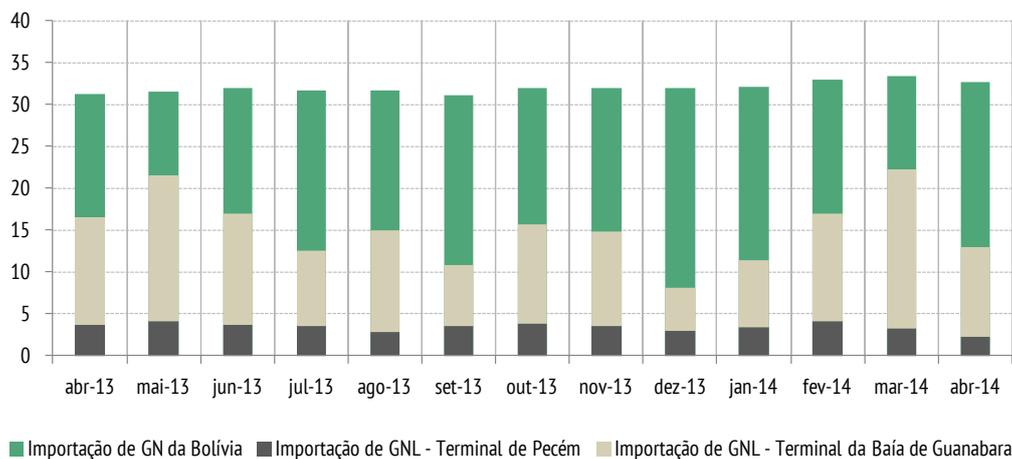
Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

## 4.2. Importação Média de Gás Natural (MME)

A importação média de Gás Natural da Bolívia, em abril de 2014, foi de 33 milhões de m<sup>3</sup>/dia, volume 5% superior ao observado no mesmo mês de 2013.

Em abril de 2014, a importação média de Gás Natural Liquefeito (GNL) totalizou 22,3 milhões m<sup>3</sup>/dia, volume 35% superior ao montante observado em abril de 2013.

**Importação Média de Gás Natural (MME)**



Fonte: Elaboração própria com dados do Ministério de Minas e Energia.

## 4.3. Consumo de Gás Natural (ABEGÁS)

O consumo de gás natural no país em junho de 2014 foi, em média, de 76 milhões de m<sup>3</sup>/dia. Essa média é 5% superior ao volume médio diário consumido em junho de 2013. No acumulado do ano, o consumo de gás natural apresentou uma variação

de 3% superior ao observado de janeiro a junho de 2013.

O setor industrial, em junho de 2014, consumiu 28 milhões de m<sup>3</sup>/dia de gás natural, sendo 4% inferior ao mesmo mês do ano anterior. No acumulado do ano, o consumo industrial

de gás natural apresentou uma variação de 2% superior ao observado de janeiro a junho de 2013. De acordo com a Abegás, o resultado é reflexo da recuperação apresentada pela indústria brasileira no início deste ano.

### Consumo de Gás Natural por Segmento

	Médio (mil m <sup>3</sup> /dia)		Variação %	
	Junho/2014	Jan-Jun/2014	Jun-2014/ Jun-2013	Acumulado do Ano
<b>Industrial</b>	<b>27.834</b>	<b>28.415</b>	<b>-4</b>	<b>2</b>
Automotivo	4.744	4.928	-6	-3
Residencial	1.171	875	5	-4
Comercial	791	741	4	3
Geração Elétrica	31.765	32.543	6	11
Co-geração*	2.778	2.572	2	3
Outros	6.769	3.007	74	-31
<b>Total</b>	<b>75.854</b>	<b>73.082</b>	<b>5</b>	<b>3</b>

Fonte: Elaboração própria com dados da Abegás.

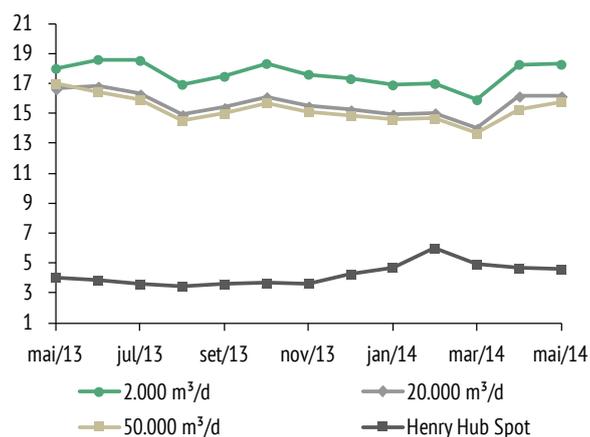
\*O segmento co-geração contempla os consumos de co-geração industrial e co-geração comercial.

## 4.4. Preço do Gás Natural (MME)

O preço médio do gás natural ao consumidor industrial, em maio de 2014, foi de US\$ 16,75/MMBTU, valor 3% inferior ao observado em maio de 2013 (US\$ 19,20/MMBTU). Esse valor inclui impostos e custos de transporte.

Em maio de 2014, o preço médio do gás natural no mercado spot Henry Hub foi de US\$ 4,58/MMBTU, valor 13% superior ao apresentado em maio de 2013 (US\$ 4,04/MMBTU). Esse preço não inclui impostos, transporte nem margem do distribuidor e é estabelecido nos dias úteis em negociações para entrega do dia seguinte.

Preço Médio do Gás Natural: Consumidor Industrial<sup>1</sup> e do Mercado Spot Henry Hub<sup>2</sup> (US\$/MMBTU)



Fonte: Elaboração própria com dados do Ministério de Minas e Energia e do Governo de Nebraska (EUA).

<sup>1</sup> Preço com impostos e custo de transporte. Média mensal.

<sup>2</sup> Preço sem impostos e custo de transporte. Média ponderada mensal das cotações diárias.

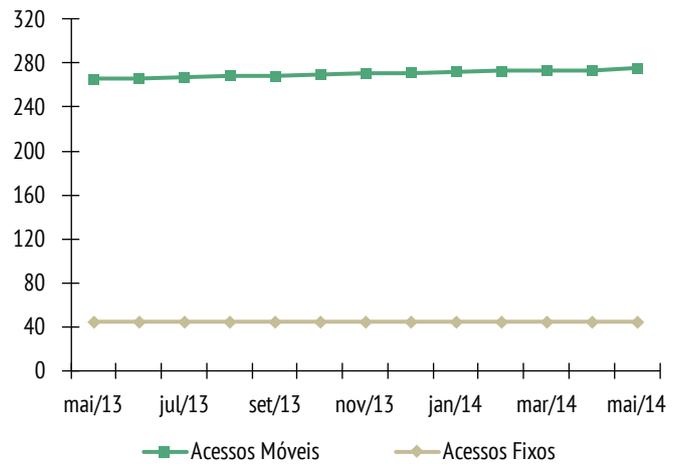
# 5. TELECOMUNICAÇÕES

## 5.1. Indicadores do Serviço de Telefonia Fixa Comutada e Acessos Móveis (ANATEL)

Em maio de 2014, o número de acessos móveis em operação foi de 275 milhões, montante 4% superior ao mesmo mês do ano anterior. O crescimento da quantidade de acessos móveis nos últimos 12 meses tem sido de aproximadamente 0,3% ao mês.

Desde dezembro de 2008, os acessos fixos apresentam tendência de estagnação. Em maio de 2014, o número de acessos fixos foi de 44,3 milhões, valor próximo ao averiguado em abril de 2014.

**Evolução dos Acessos Móveis e Fixos em Operação (milhão)**



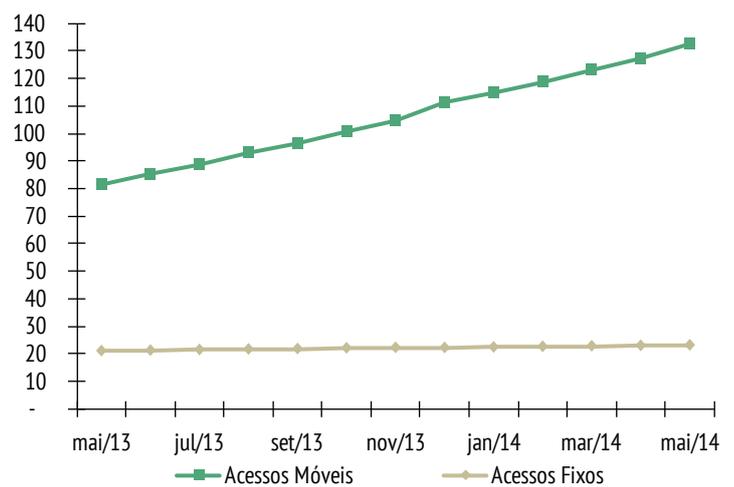
Fonte: Elaboração própria com dados da Anatel.

## 5.2. Serviços Contratados Ativos de Internet Móvel e Fixa (ANATEL)

O número total de acessos de internet móvel ativos comercializados em maio de 2014 foi de 132 milhões, montante 62% superior ao observado no mesmo período de 2013. Em relação a maio de 2014, os acessos de internet móvel foram 4% superiores. Uma pequena parcela desse crescimento se deve à entrada dos dados da rede LTE (4G) que passou a operar desde o início de maio de 2013.

Os acessos totais de internet fixa vêm crescendo em ritmo inferior ao observado nos últimos meses. Houve no mês de maio de 2014, um total de 23 milhões de acessos, o que representa um crescimento de 10% em relação ao mesmo mês do ano anterior. Em relação a abril de 2014, os acessos à internet fixa foram similares.

**Evolução do Total de Acessos ativos de Internet Móvel<sup>1</sup> e Fixa<sup>2</sup> (milhão)**



Fonte: Elaboração própria com dados da ANATEL.

<sup>1</sup> WCDMA, LTE, M2M e Banda Larga Móvel

<sup>2</sup> Serviço de Comunicação Multimídia (SCM)

<sup>3</sup> A partir de 2014 a metodologia de obtenção de dados da Anatel foi alterada, gerando uma diferença de -2% dos valores obtidos para os anos de 2013 e 2014.

## 6. TRANSPORTES

### 6.1. Portos Selecionados e Terminais de Uso Privativo (ANTAQ)

Em julho de 2014, a movimentação de granel sólido nos portos públicos e nos terminais de uso privativo (TUPs) teve uma diminuição de 1% em relação a julho de 2013. A movimentação de granel líquido aumentou 21% em relação ao mesmo mês do ano anterior.

A movimentação total de cargas nos portos públicos e TUPs, em julho de 2014, foi 3% superior em relação ao mesmo mês do ano anterior.

Em julho de 2014, os TUPs representaram 69% da movimentação total de carga nos portos e terminais. A movimentação total nos TUPs foi de 52.454 mil toneladas, volume 6% superior ao observado em julho de 2013. Os portos públicos movimentaram 23.265 mil toneladas em julho de 2014, volume 2% inferior em comparação com mesmo mês do ano anterior.

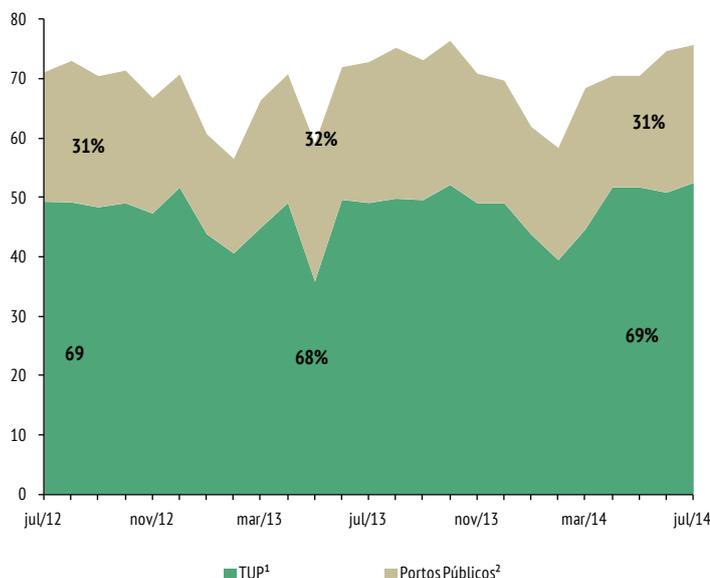
A quantidade de contêineres movimentados em todos os portos organizados e terminais privados do país em julho de 2014 foi de 781 mil TEUs (*twenty-foot equivalent unit*), montante 3% superior em relação ao mesmo mês do ano anterior.

Movimentação Total de Cargas – por natureza\* (mil t)

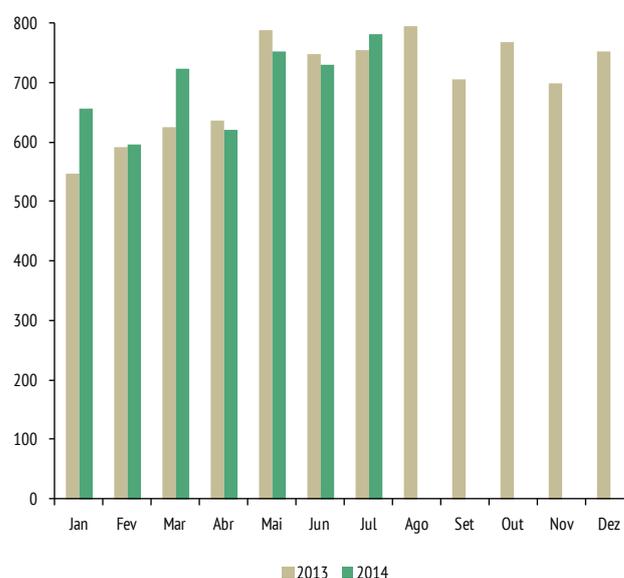
	Período		Varição %
	Jul/2013	Jul/2014	Jul-2014 / Jul-2013
<b>Granel Sólido (a)</b>	<b>50.814</b>	<b>50.530</b>	<b>-1%</b>
Portos Públicos	18.358	18.183	-1%
TUPs	32.593	32.347	-1%
<b>Granel Líquido (b)</b>	<b>17.779</b>	<b>21.464</b>	<b>21%</b>
Portos Públicos	4.311	3.956	-8%
TUPs	14.544	17.508	20%
<b>Carga Geral Solta (c)</b>	<b>3.317</b>	<b>3.725</b>	<b>12%</b>
Portos Públicos	1.107	1.126	2%
TUPs	2.300	2.599	13%
<b>Total (a+b+c)</b>	<b>73.212</b>	<b>75.719</b>	<b>3%</b>
Portos Públicos	23.776	23.265	-2%
TUPs	49.436	52.454	6%

Fonte: Sistema de Informações Gerenciais da ANTAQ. Dados sujeitos a alteração.  
\* Terminais de uso privativo (96 instalações)  
Portos públicos (33 instalações)

Movimentação Total de Cargas (milhões t)



Movimentação Total de Contêineres\* (mil TEUs)



Fonte: Sistema de Informações Gerenciais da ANTAQ. Dados sujeitos a alteração.  
<sup>1</sup> Terminais de uso privativo (97 instalações)  
<sup>2</sup> Portos públicos (32 instalações)

Fonte: Sistema de Informações Gerenciais da ANTAQ. Dados sujeitos a alteração.  
\* Terminais de uso privativo (114 instalações)  
Portos públicos (33 instalações)

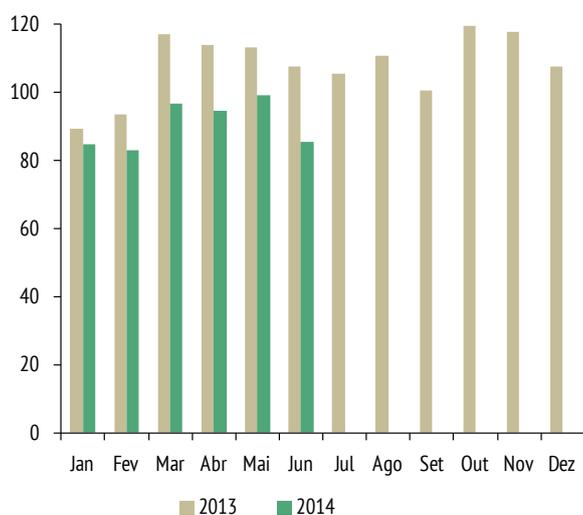
## 6.2. Transporte Aéreo (INFRAERO)

Devido às concessões dos aeroportos, a Infraero reformulou a metodologia de coleta de dados. Seguem as informações referentes à Infraero Cargo junto às informações disponibilizadas pelas concessionárias dos aeroportos de Guarulhos, Campinas e Brasília. Devido a uma alteração na metodologia do aeroporto de Guarulhos, houve uma queda na movimentação de cargas.

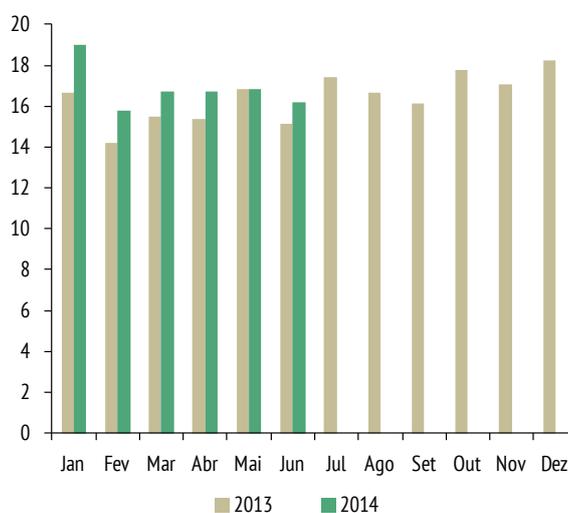
Em junho de 2014, 16 milhões de passageiros transitaram pelos principais aeroportos brasileiros, volume 7% superior ao ocorrido no mesmo mês de 2013.

A movimentação de carga aérea total no País, em junho de 2014, foi de 85 mil toneladas, montante 21% inferior ao averiguado no mesmo mês do ano anterior. No acumulado do ano, a movimentação foi 14% inferior.

Movimentação mensal de Cargas (mil toneladas)



Movimentação mensal de Passageiros (mil)



Fonte:  
Elaboração própria  
com dados da Infraero  
Cargo

## 6.3. Cargas Ferroviárias (ANTT)

A movimentação de mercadorias nas ferrovias, em julho de 2014, foi de 40 milhões de toneladas úteis (TUs), valor 3% inferior ao observado no mesmo período de 2013. A movimentação de combustíveis e derivados de petróleo e álcool foi o setor que apresentou maior crescimento na movimentação de mercadorias transportadas por ferrovias (24%). O minério de ferro correspondeu a 76% do total movimentado em julho de 2014.

Movimentação Acumulada de Cargas

Ano	2014	2013	Variação (%)
Mercadoria	Julho (mil TU)	Julho (mil TU)	acum-14/ acum-13
Minério de Ferro	30.189	31.235	11
Produção Agrícola (exceto soja)	2.408	2.171	-3
Soja e Farelo de Soja	1.920	1.809	0
Indústria Siderúrgica	1.172	1.327	11
Carvão/Coque	1.046	1.018	-9
Combustíveis e Derivados de Petróleo e Álcool	790	820	24
Extração Vegetal e Celulose	552	451	-35
Grãos Minerais	537	826	-9
Adubos e Fertilizantes	343	390	-49
Conteiner	332	268	22
Indústria Cimenteira e Construção Civil	267	293	-12
Cimento	233	255	-4
Carga Geral - Não Contein.	9	17	3
<b>Total</b>	<b>39.798</b>	<b>40.879</b>	<b>-3</b>

Fonte: Elaboração própria com dados da ANTT

## 6.4. Participação dos Modos de Transporte no Comércio Exterior (MDIC)

Em julho de 2014, a movimentação total de exportação e importação realizada no Brasil foi de 70 milhões de toneladas, montante 8% superior ao averiguado em julho do ano anterior. O modo marítimo apresenta a maior participação nas movimentações, com 94% do total.

Movimentação Total (exportação e importação) por modo

Modo	mil t		Variação %	
	Jul/2014	Jan-Jul/2014	Jul-2014 / Jul-2013	Acumulado do ano
Marítimo	66.141	393.108	8	6
Fluvial	2.008	10.573	1	13
Aéreo	102	712	-2	-10
Ferroviário	36	280	-25	-19
Rodoviário	1.072	6.459	4	4
Outros*	1.048	6.706	10	-6
<b>Total</b>	<b>70.408</b>	<b>417.838</b>	<b>8</b>	<b>6</b>

Fonte: Elaboração própria com dados do MDIC.  
\*Linha de transmissão, tubo-conduto, postal, próprio, lacustre.

# 7. INVESTIMENTOS PRIVADOS EM INFRAESTRUTURA

## 7.1. Desembolsos do BNDES

Em maio de 2014, o desembolso total realizado pelo BNDES na área de infraestrutura (refino e álcool, energia elétrica e gás natural, saneamento, telecomunicações e transporte) foi de R\$ 3 bilhões, valor 52% inferior ao aportado em maio de 2013.

Desembolso mensal BNDES

Setor	Maio/2013	Maio/2014	Variação (%)	Participação %
	R\$ milhão	R\$ milhão		
Refino e Álcool	788	88	-89	3
Energia Elétrica e Gás Natural	1.728	638	-63	21
Saneamento	84	60	-29	2
Telecomunicações	219	793	262	26
Transporte	3.628	1.484	-59	48
<i>Aéreo</i>	616	6	-99	-
<i>Aquaviário</i>	126	29	-77	-
<i>Terrestre</i>	2.886	1.448	-50	-
<b>Total Infraestrutura</b>	<b>6.447</b>	<b>3.063</b>	<b>-52</b>	<b>100</b>

Fonte: Elaboração própria com dados do BNDES.

## 8. EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO DA UNIÃO (SIAFI)

### 8.1. Orçamento Geral e de Investimentos da União (Tabela I)

A dotação total autorizada para o Orçamento da União de 2014 foi de, aproximadamente, R\$ 2,4 trilhões. Deste valor, aproximadamente R\$ 84 bilhões correspondem à alínea “investimentos”, o que representa 3% do orçamento total de 2014.

Entre os órgãos superiores, o Ministério dos Transportes detém o maior orçamento de investimentos, em valor absoluto, R\$ 15,9 bilhões o que representa 19% da sua dotação total.

Do orçamento de investimentos da União para 2014, foram empenhados, até 27 de agosto, R\$ 37,6 bilhões, o que representa 45% da dotação autorizada. Até o dia 27 de agosto, foram liquidados R\$ 8,8 bilhões e pagos do orçamento aproximadamente R\$ 7,4 bilhões. Já o pagamento total, incluindo os restos a pagar pagos no período, soma R\$ 37 bilhões.

### 8.2. Orçamento Geral e de Investimentos do Ministério dos Transportes (Tabelas I e II)

Do montante de R\$ 15,9 bilhões autorizados para os investimentos do Ministério dos Transportes em 2014, foram empenhados R\$ 8,6 bilhões (54% da dotação). Até o dia 27 de agosto, foram liquidados R\$ 2,2 bilhão do orçamento, o montante pago do orçamento foi R\$ 1,7 bilhão. Já o pagamento total, incluindo os restos a pagar pagos no período, soma R\$ 7 bilhões.

Cerca de 76% dos recursos autorizados para investimentos do Ministério dos Transportes (R\$ 12,1 bilhões) estão destinados ao setor rodoviário. O restante está dividido entre os setores ferroviário (R\$ 2,7 bilhões, ou 17%), hidroviário (R\$ 239 milhões) e outros (R\$ 760 milhões). A modalidade portuária apresenta empenho de 9 milhões e uma execução de restos a pagar pagos no valor de R\$ 14 milhões até dia 27 de agosto.

### 8.3. Restos a Pagar – Orçamento de Investimentos (Tabela III)

O Ministério dos Transportes inscreveu, em 2014, cerca de R\$ 472 milhões em restos a pagar processados. A União inscreveu, aproximadamente, R\$ 7,7 bilhões de restos a pagar processados. Em relação aos restos a pagar não-processados, o Ministério dos Transportes tem R\$ 13,6 bilhões inscritos, enquanto a União tem R\$ 79,2 bilhões de restos a pagar não-processados inscritos para 2014.

Do volume total de restos a pagar inscritos pelo Ministério dos Transportes, 41% foram pagos até 27 de agosto (excluídos os cancelamentos). No caso da União, os pagamentos correspondem a 35% do total de restos a pagar inscritos.

# 9. PROGRAMA DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO - PAC (SIAFI) - TABELA IV

Para 2014, o Programa de Aceleração do Crescimento – PAC apresenta dotação de R\$ 62,6 bilhões no orçamento da União, de acordo com o SIAFI. Desse total, foram alocados 34% no Ministério das Cidades (R\$ 21,3 bilhões) e 23% no Ministério dos Transportes (R\$ 14,6 bilhões), principais executores do chamado “PAC Orçamentário”, que considera somente os recursos do Orçamento Geral da União.

No âmbito do PAC, a União empenhou R\$ 37,2 bilhões (59% do orçamento autorizado) e liquidou R\$ 12,9 bilhões até 27 de agosto. Foram pagos R\$ 12 bilhões do orçamento de 2014. Os restos a pagar pagos somaram, aproximadamente, R\$ 26,2 bilhões. Restam R\$ 41 bilhões em restos a pagar não pagos nos projetos do PAC Orçamentário.

## ANEXOS

**Tabela I - Execução Orçamentária da União - OGU 2014**  
**Investimentos - Por Órgão Superior**

Valores em final de período - atualizados até 27/08/2014

R\$ milhão

Órgão Superior	Dotação Autorizada (a)	Empenho (b)	(b/a) %	Liquidação (c)	(c/a) %	Pagamento (d)	(d/a) %	Restos a Pagar pagos (e)	Total Pago (f=d+e)	RP a pagar
Presidência da República	1.770	404	23	62	3	62	3	293	355	681
MAPA	1.271	565	44	24	2	4	0	613	617	804
MCTI	1.364	418	31	285	21	152	11	433	585	760
MDIC	168	40	24	18	11	18	11	33	52	54
MME	146	173	119	67	46	64	44	59	123	28
<b>M. Transportes</b>	<b>15.882</b>	<b>8.630</b>	<b>54</b>	<b>2.203</b>	<b>14</b>	<b>1.748</b>	<b>11</b>	<b>5.256</b>	<b>7.004</b>	<b>7.621</b>
M. Comunicações	121	15	12	2	2	2	2	72	74	85
MMA	183	61	33	8	4	8	4	67	75	62
MDA	686	322	47	39	6	32	5	3.170	3.202	1.155
M. Defesa	9.413	6.110	65	2.127	23	1.997	21	5.231	7.227	2.260
M. Int. Nacional	7.579	3.034	40	703	9	531	7	1.823	2.354	4.314
M. das Cidades	9.891	2.775	28	282	3	259	3	1.905	2.165	12.412
Outros**	35.417	15.033	42	3.025	9	2.550	7	10.596	13.146	23.883
<b>Total</b>	<b>83.893</b>	<b>37.579</b>	<b>45</b>	<b>8.844</b>	<b>11</b>	<b>7.428</b>	<b>9</b>	<b>29.551</b>	<b>36.979</b>	<b>54.118</b>

Fonte: Elaboração própria com dados do SIAFI.

\* Os dados ainda estão “em aberto”, ou seja, sujeitos a alteração.

\*\* Inclui Câmara dos Deputados, Senado, TCU, STF, STJ, Justiça Federal, Justiça Militar, Justiça Eleitoral, Justiça do Trabalho, Justiça do DF e Territórios, Ministério Público da União, Ministério do Planejamento, Ministério da Fazenda, Ministério da Educação, Ministério da Justiça, Ministério da Previdência Social, Ministério das Relações Exteriores, Ministério da Saúde, Ministério do Trabalho do Emprego, Ministério da Cultura, Ministério do Esporte, Ministério do Turismo, Ministério do Desenvolvimento Social.

**Tabela II - Execução Orçamentária do Ministério dos Transportes - OGU 2014**  
**Investimentos - Por Modalidade**

Valores em final de período - atualizados até 27/08/2014

R\$ milhão

Modalidade	Dotação Autorizada (a)	Empenho (b)	(b/a) %	Liquidação (c)	(c/a) %	Pagamento (d)	(d/a) %	Restos a Pagar pagos (e)	Total Pago (f=d+e)	RP a pagar
Ferrovário	2.738	1.918	70	767	28	677	25	630	1.307	693
Hidroviário	239	146	61	2	1	2	1	54	55	289
Portuário	0	9	0	0	0	0	0	14	14	6
Rodoviário	12.146	6.390	53	1.386	11	1.036	9	4.392	5.427	6.248
Outros	760	166	22	48	6	34	5	166	201	384
<b>Total</b>	<b>15.882</b>	<b>8.630</b>	<b>54</b>	<b>2.203</b>	<b>14</b>	<b>1.748</b>	<b>11</b>	<b>5.256</b>	<b>7.004</b>	<b>7.621</b>

Fonte: Elaboração própria com dados do SIAFI.

Valores menores que R\$ 1 milhão não estão descritos na tabela.

\* Os dados ainda estão “em aberto”, ou seja, sujeitos a alteração.

**Tabela III - Demonstrativo dos Restos a Pagar Inscritos em 2014**

**Restos a Pagar Processados**

Valores em final de período - atualizados até 27/08/2014\* R\$ milhão

Órgão	Inscritos	Cancelados	Pagos	A Pagar
M. Transportes	472	-1	400	72
União	7.676	-272	3.974	3.429

Fonte: Elaboração própria com dados do SIAFI.  
\* Os dados ainda estão "em aberto", ou seja, sujeitos a alteração.

**Restos a Pagar Não-processados**

Valores em final de período - atualizados até 27/08/2014\* R\$ milhão

Órgão	Inscritos	Cancelados	Pagos	A Pagar
M. Transportes	13.639	-1.234	4.856	7.550
União	79.199	-2.934	25.576	50.689

Fonte: Elaboração própria com dados do SIAFI.  
\* Os dados ainda estão "em aberto", ou seja, sujeitos a alteração.

**Tabela IV - Execução Orçamentária da União - OGU 2014  
PAC - Por Órgão Superior**

Valores em final de período - atualizados até 27/08/2014 R\$ milhão

Órgão Superior	Dotação Autorizada (a)	Empenho (b)	(b/a) %	Liquidação (c)	(c/a) %	Pagamento (d)	(d/a) %	Restos a Pagar pagos (e)	Total Pago (f=d+e)	RP a pagar
Presidência da República	3.961	1.436	36	971	25	971	25	845	1.816	684
M. Planejamento	2	1	40	0	17	0	17	0	0	0
MAPA	0	0	0	0	0	0	0	278	278	393
MCTI	0	0	0	0	0	0	0	22	22	10
M. Fazenda	80	0	0	0	0	0	0	0	0	80
MEC	6.629	5.884	89	595	9	593	9	2.382	2.975	4.420
MDIC	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1
M. Justiça	0	1	0	1	0	1	0	4	4	0
M. Minas e Energia	247	260	106	121	49	114	46	165	279	148
M. Saúde	2.410	1.057	44	637	26	433	18	743	1.176	2.980
M. Trabalho e Emprego	5	0	0	0	0	0	0	0	0	0
<b>M. Transportes</b>	<b>14.646</b>	<b>8.806</b>	<b>60</b>	<b>2.239</b>	<b>15</b>	<b>1.770</b>	<b>12</b>	<b>5.660</b>	<b>7.429</b>	<b>7.676</b>
M. Comunicações	101	0	0	0	0	0	0	24	24	7
M. Cultura	166	100	61	12	7	9	5	204	213	342
M. Meio Ambiente	0	0	0	0	0	0	0	0	0	3
MDA	38	11	28	4	10	1	3	2.845	2.846	576
M. Esporte	1.394	432	31	72	5	62	4	280	342	1.055
M. Defesa	4.943	4.380	89	1.571	32	1.495	30	3.160	4.655	856
M. Integr. Nacional	5.967	2.718	46	666	11	495	8	1.508	2.003	2.576
M. Turismo	1	0	0	0	0	0	0	5	5	1.574
M. Desenv. Social	643	215	33	54	8	54	8	464	518	283
M. Cidades	21.340	11.902	56	5.995	28	5.973	28	7.584	13.557	17.424
<b>Total</b>	<b>62.573</b>	<b>37.204</b>	<b>59</b>	<b>12.936</b>	<b>21</b>	<b>11.970</b>	<b>19</b>	<b>26.172</b>	<b>38.142</b>	<b>41.088</b>

Fonte: Elaboração própria com dados do SIAFI.  
Valores menores que R\$ 1 milhão não estão descritos na tabela.  
\* Os dados ainda estão "em aberto", ou seja, sujeitos a alteração.



**Veja mais**

Mais informações sobre infraestrutura da indústria em: [www.cni.org.br/infraestrutura](http://www.cni.org.br/infraestrutura)